

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Março de 2022, Bauru - SP

ANO XXIV - Nº 235



FALTOU 'OLHO NO OLHO'

Desde o dia 13 de janeiro, quando a Prefeitura de Bauru anunciou que pretendia conceder 10,06% de reajuste salarial e antecipar a data base do funcionalismo municipal para aquele mês, uma série de desrespeitos para com os servidores foram cometidos pela administração de Suéllen Rosim. Naquela manhã de quinta-feira, a prefeita convidou o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) para apresentar suas propostas e incluiu, na reunião, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo - desrespeitando a prerrogativa sindical, que garante exclusividade nas discussões entre a prefeita e o sindicato.

Além do valor sobre os vencimentos dos servidores, a administração municipal também apresentou a proposta de correção de 25% sobre o vale-alimentação. O Sinserm informou, portanto, que havia assembleia prevista para o dia 27 de janeiro e não aceitaria qualquer negociação antes de fechar a pauta de reivindicações. Não poderíamos, naquele momento, sinalizar qualquer movimento contrário ou favorável à proposta da prefeita, sem antes ouvir a categoria. Além disso, a pauta de reivindicações anual reúne muito mais do que os reajustes no salário e vale-alimentação. O documento compila cláusulas sociais e sindicais, que regulamentam vários aspectos importantes da vida do trabalhador.

É por isso que existe uma data base para o dissídio. Ritos, prazos e procedimentos precisam ser respeitados. A categoria não pode ser pega de surpresa e dizer sim ou não para um pequeno conjunto de propostas, sem a garantia de que o restante de suas reivindicações seria ouvido futuramente. Além disso, os 25% propostos para o vale-alimentação, não contemplaria os servidores inativos e, justamente por isso, uma pauta verdadeiramente democrática e plural deveria ser preparada pela categoria e entregue à chefe do Executivo, de modo a contemplar as demandas de todos.

A inversão da tramitação natural das negociações chamou a atenção até mesmo dos vereadores. Na ocasião, o presidente da Mesa Diretora, Markinho Souza (PSDB), ressaltou que a Câmara não tem poder de interferir na negociação salarial dos servidores. Para a vereadora Estela Almagro (PT), a prefeita não seguiu o rito tradicional para a negociação, que seria a apresentação de uma proposta inicial ao sindicato, ao invés

de incluir outros agentes no debate. Expressamos, portanto, o profundo descontentamento com a forma como a prefeita iniciou as tratativas. Ao convocar o sindicato para discussão anterior à assembleia dos trabalhadores, Suéllen tentou sabotar a mobilização dos servidores e manobrou para impor suas propostas.

DNA AUTORITÁRIO

Apesar do apelo feito pelo Sinserm para que aguardasse a realização da assembleia, a prefeita convocou uma sessão extraordinária da Câmara Municipal, para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 05/22 no dia 21 de janeiro - comprovando seu DNA autoritário e completa inabilidade em dialogar.

Pois bem. A categoria se mobilizou e lotou o plenário para exigir que o PL não fosse votado antes da entrega da pauta de reivindicações dos servidores. Após uma longa sessão, a vereadora Estela Almagro (PT) solicitou prazo regimental e retirou o projeto de votação. Estávamos há seis dias da realização da assembleia, não havia justificativa moral ou política para atropelar os processos e silenciar os servidores.

RESISTÊNCIA

Realizamos, no dia 27 de janeiro, uma das maiores assembleias da história do Sinserm. Com mais de 200 servidores, garantimos a pluralidade de ideias, o exercício democrático de voto à todos presentes e a deliberação de uma pauta ampla, com cláusulas que contemplam os anseios de servidores ativos e aposentados. Entregamos, no dia 2 de fevereiro, a pauta de reivindicações para o dissídio de 2022, com uma série de cláusulas - sociais, sindicais e econômicas - à prefeita Suéllen Rosim.

Os servidores públicos municipais de Bauru reivindicam a reposição salarial de 15% sobre seus vencimentos - sendo 10,06% de reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de janeiro a dezembro de 2021 e mais 4,94% -, levando em consideração a majoração da contribuição previdenciária, os últimos dois anos em que os servidores estão sem qualquer reajuste por conta da LC 173/2020 e ainda os aumentos exorbitantes no custo de vida; valores estes retroativos a janeiro de 2022.

Solicitamos o reajuste do valor do

vale-compras para R\$750,00, retroativo a 1º de janeiro de 2022, garantindo que os trabalhadores consigam o mínimo do sustento para si e seus familiares, além do reajuste do abono pecuniário referente ao antigo vale-refeição, de R\$374,00 para R\$ 500,00, retroativo a 1º de janeiro de 2022 - valor que se estende aos aposentados que se enquadram no teto estipulado.

Atendendo às reivindicações dos servidores inativos, requeremos o fim do teto para concessão do abono que substituiu o vale-refeição, incluindo todos os servidores municipais, ativos e inativos, a fim de fazer justiça, principalmente, àqueles inativos que perderam o vale-compras sem qualquer compensação.

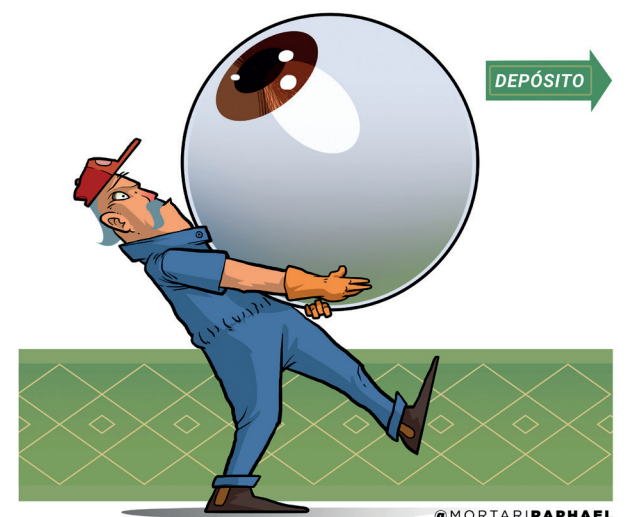
Visando evitar a perda futura do abono pecuniário/vale-compras aos servidores ativos, reivindicamos a elaboração de um Projeto de Lei com adequações à Lei Municipal 323/2005, garantindo sua integral incorporação e atualização anual nas aposentadorias futuras.

Por fim, pedimos a incorporação do atual abono de R\$70,00, previsto na Lei nº 7.056/18, ao salário base dos servidores públicos municipais de Bauru.

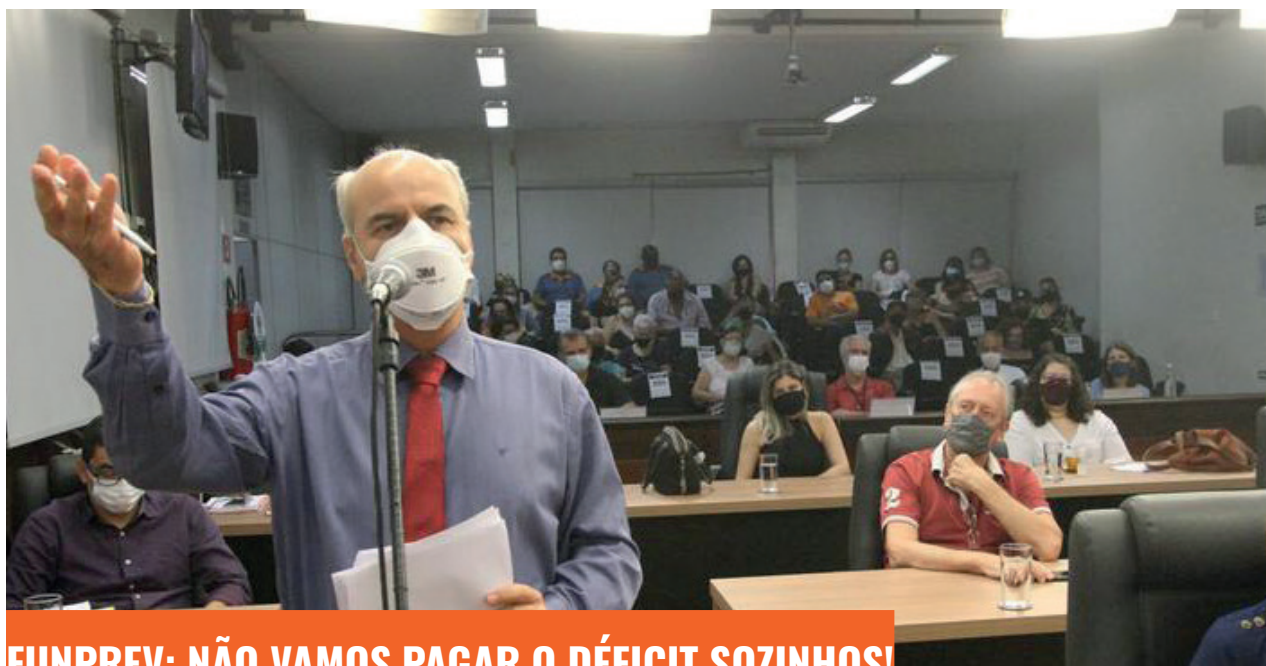
SEM 'OLHO NO OLHO'

Em reunião apressada, no dia dois de fevereiro, a prefeita recebeu o documento, disse que analisaria junto à equipe de governo e responderia posteriormente. No dia quatro, Suéllen respondeu ao Sinserm e disse não concederia índices maiores do que os já previstos 10,06% no salário e 25% para o vale-alimentação. Mais uma vez, sem diálogo, a chefe do executivo se limitou a enviar seu posicionamento por escrito. Na primeira sessão legislativa de 2022, em sete fevereiro, a Câmara Municipal aprovou o PL 05/22, com os índices iniciais propostos pela administração.

Uma segunda assembleia foi convocada para o último 10, onde a categoria decidiu manter as reivindicações deliberadas na primeira plenária. Continuaremos a buscar o diálogo junto ao Executivo, pontuando a relevância dos índices no dia-a-dia dos milhares de servidores públicos de Bauru. Com a previsão de superávit nas receitas dos próximos anos, é incompreensível que a prefeita dê as costas para quem trabalha todos os dias pelo serviço público eficiente e de qualidade, ainda que muitas vezes sem as condições necessárias.



@MORTARIRAPHAEL



FUNPREV: NÃO VAMOS PAGAR O DÉFICIT SOZINHOS!

Em meio à uma Audiência Pública promovida no dia 11 de fevereiro pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Municipal de Bauru, em conjunto com representantes do Poder Executivo, a prefeita Suéllen Rosim (Patriota) retirou, via ofício, o Projeto de Lei (PL) 96/2021 da pauta de votação da Casa legislativa. A Audiência, promovida pela presidente da Comissão, vereadora Estela Almagro (PT), discutia as modificações propostas no PL para a Lei da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev).

Convocada para o encontro, a prefeita não compareceu e, como de costume, justificou sua ausência alegando outros compromissos. Apesar da relevância da questão e do grande impacto que as alterações gerariam na vida dos servidores, algo de mais importante ocupava a agenda de Suéllen naquele dia. Participaram, portanto, o secretário de Economia e Finanças, Everton Basílio; o secretário de Negócios Jurídicos, Gustavo Bugalho, e o secretário de Administração, Everson Demarchi.

A reunião também contou com a presença dos vereadores Guilherme Berriel (MDB), Beto Móveis (Cidadania) e Pastor Bira (Podemos). Participaram, ainda, os vereadores Eduardo Borgo (PSL), Junior Lokadora (PP), Chiara Raniere (DEM), Mané Losila (MDB), Markinho Souza (PSDB) e Guilherme Berriel (MDB).

A proposta, enviada por Suéllen no dia 13 de dezembro de 2021 em regime de urgência, tramitava pelas comissões permanentes com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da Funprev, referente ao exercício de 2020 – data-base 31/12/2020 –, no valor de R\$ 86 milhões. Segundo a administração, o Projeto foi retirado levando em consideração os novos dados apresentados pelo cálculo atuarial, que apontou a diferença no déficit da fundação, de R\$ 86 milhões, em 2020, para R\$ 326 milhões em 2021. Deste modo, o projeto enviado no ano passado não seria mais suficiente para equacionar os valores.

Estela Almagro criticou a postura do Executivo que, de maneira recorrente, envia projetos em regime de urgência, sem estabelecer diálogo com as partes envolvidas e afetadas por eles. “Vários itens entram nessa discussão. Temos questões do passado que sempre estarão voltando. Enquanto não sentarmos à mesa, o meu receio é que a cada dois meses nós precisemos de

um novo projeto”, pontuou a parlamentar.

O representante jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm), José Francisco Martins, destacou os prejuízos impostos aos servidores. “Não bastasse o arrocho salarial que os servidores têm sofrido, ainda tem o equacionamento da questão previdenciária”, declarou. Martins também enfatizou a inexistência do diálogo construtivo entre o Executivo e os servidores.

De acordo com o presidente da Funprev, Donizete do Carmo dos Santos, duas possibilidades são estudadas para equalizar a diferença. A primeira, seria alterar o plano de equacionamento criado pela Lei 7115/2018 e elevar o repasse feito pela prefeitura dos atuais R\$ 33 milhões, para R\$ 124 milhões ao ano. Deste modo seria possível zerar o déficit, mas o secretário de Finanças, Everton Basílio, alegou que a prefeitura não teria condições de absorver sozinha a diferença apontada pelo novo cálculo atuarial. Ele argumentou que “O custeio da Prefeitura já consome cerca de 95% do orçamento”.

A segunda opção, é a aplicação total da Lei da Reforma da Previdência, mais a aplicação de alíquota aos aposentados que ganham acima de três salários mínimos. A medida, no entanto, impactaria diretamente a vida servidor ativo, que teria que trabalhar mais para se aposentar, sem falar no prejuízo financeiro para os aposentados – que começariam contribuir para a Fundação. Hoje, apenas os aposentados que recebem acima do teto do INSS contribuem para a Funprev.

A pergunta que fica é a seguinte: até quando os trabalhadores vão pagar sozinhos pelo déficit do regime próprio da previdência municipal? Pelo exposto na Audiência, a impressão é de que a dívida é impagável. Será que é viável e sustentável, de tempos em tempos, onerar os servidores para arcar com um prejuízo que não tem fim?

É provável que a nova proposta de equacionamento enviada pela administração seja ainda mais dura para os servidores. Por isso esperamos e apelamos à prefeita Suéllen Rosim, que antes de enviar um novo Projeto de Lei ao Legislativo, reúna todos os entes envolvidos, participe do debate e, principalmente, ouça com grandeza os argumentos apresentados.

Não vamos aceitar que os servidores paguem por essa conta sozinhos!

BALANCETE das finanças do SINSERM

JANEIRO 2022 (EM REAIS)

CRÉDITOS	
Prefeitura Municipal Bauru	25.207,38
EMDURB	4.053,76
FUNPREV	0,00
PREFEITURA MUN. DE CABRÁLIA	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL LUCIANOPOLIS	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL AREALVA	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE IACANGA	0,00
FILIAÇÃO VALDECIR ROSA dez/jan	52,40
RECEBIMENTO CUSTAS PROCESSUAIS	0,00
CRÉDITO TOTAL	29.313,54



DÉBITOS	
FGTS	1.881,61
DARF	7.030,49
ISS	808,72
Folha de pagamentos	14.264,84
CPFL	622,05
Combustível	2.235,25
VA Palio FGX-5A96	1.361,86
IPVA Palio FPS7A35	1.192,06
Faxinas (com quatro vales-transporte) – duas faxinas	310,80
Plano de saúde dos funcionários	5.377,20
DAE	67,12
Assessoria jurídica	14.842,96
Tiket	2.000,00
Honorários contábeis	538,95
Pagamento vivo fixo	402,95
Plano Vivo Corporativo	195,21
Provedor de internet	62,16
Assessoria de comunicação	5.000,00
Instalação de acessórios 02 Palio 4/5	986,40
Copa e cozinha	909,78
Manutenção do site	172,46
Carro de som	300,00
Aquisição de lâmpadas para adequação do E-social	261,80
Integra assessoria empresarial para o E-social	285,00
Botijões de gás	216,00

DÉBITOS	
Inserções de rádio	1.433,00
Ata de posse	425,67
Aquisição de faixa para o Fundeb	180,00
Cópias chaves	24,00
Aquisição de Máscaras e água para assembleia	123,80
Aquisição de faixas para a assembleia	400,00
Aquisição de caixa de som	1.349,00
Manutenção de informática	120,00
Informativo para assembleia	409,88
Descartáveis	110,00
Jornal da cidade	1.125,00
Despesa com material de escritório	297,90

SALDOS	
Saldo CEF/Janeiro 2022/Conta corrente	0,00
Rendimento bruto de aplicações	291,64
Saldo CEF/ Janeiro 2022/Aplicações	12.219,71
SALDO TOTAL	12.219,71



VAI, CURÍNTIA!

Com muita tristeza e com ele um pedaço imenso com corações destroçados, recebemos, no dia 18 de fevereiro, a notícia do falecimento de Anderson Picoloto dos Santos, funcionário do Sinserm há mais de 20 anos.

Se, para a categoria, Anderson era aquele funcionário educado e prestativo que sempre atendia no sindicato, para nós, que tivemos a honra de conviver com ele por tantos anos de nossa vida.

Ele sempre será lembrado como um amigo sempre presente, de alma generosa e à disposição para tudo e todos que precisassem.

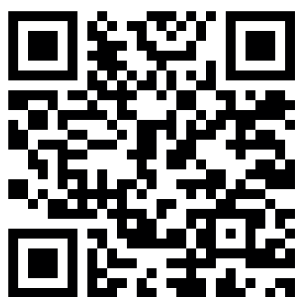
Anderson foi irmão, filho e até mesmo pai para muitos de nós do Sinserm. Impossível ter convivido com ele e não o ter considerado tão importante e próximo como nossos familiares mais amados. Sua partida leva

de cada um de nós que nunca será substituído.

Desejamos à sua família toda força do mundo neste momento difícil e nos colocamos à disposição para o que for preciso.

Descanse em paz, querido amigo. Interceda por nós, como sempre fez, enquanto seguimos nossa luta diária.

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.



Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

SINSERM.COM.BR/



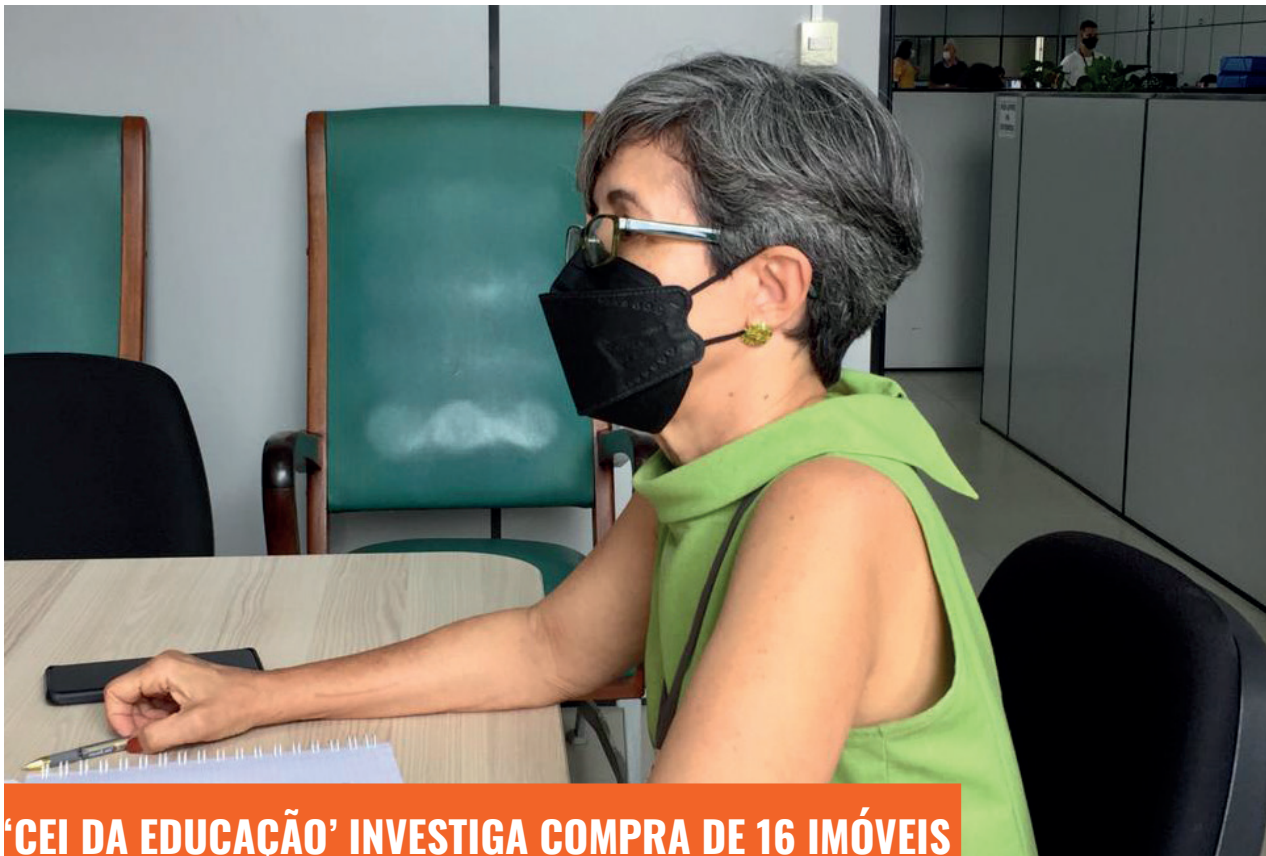
PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURIDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 17h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



'CEI DA EDUCAÇÃO' INVESTIGA COMPRA DE 16 IMÓVEIS POR QUASE R\$ 35 MILHÕES EM 2021

Os vereadores de Bauru aprovaram, na primeira sessão legislativa de 2022, uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar a compra de imóveis pela Secretaria de Educação. O pedido foi protocolado pelo vereador Eduardo Borgo (PSL) em cinco de janeiro deste ano e aprovado no dia 7 de fevereiro com 14 votos favoráveis e dois contrários. Votaram contra a investigação, os vereadores Junior Rodrigues (PSD), líder do governo na Câmara, e Miltinho Sardin (PTB). O presidente da Casa, Markinho Souza (PSDB), votaria apenas em caso de empate.

Segundo o autor, vereador Eduardo Borgo, a CEI vai apurar as desapropriações de 16 imóveis, através de declarações de utilidade pública, a serem utilizados pela Secretaria Municipal da Educação. Todo o processo de compra de imóveis, realizado em 2021, totalizou um aporte financeiro da pasta de cerca de R\$ 34,8 milhões. A Comissão é presidida por Mané Losila (MDB), com relatoria de Eduardo Borgo (PSL). São membros os vereadores Serginho Brum (PDT), Chiara Ranieri (DEM) e Júnior Lokadora (PP).

O Sindicato dos Servidores Públicos de Bauru e Região (Sinserm), alertou, ao longo de 2021, que enquanto a Secretaria da Educação gastava milhões de reais em aquisições de imóveis, as reformas seguiam paralisadas e os alunos deslocados para unidades distantes de seus domicílios. Além do transtorno logístico para as famílias, os gastos com transporte elevam ainda mais os custos da pasta. Tudo pago com o dinheiro do contribuinte.

Pois ao invés de retomar e finalizar as obras, investir em infraestrutura, con-

tratar profissionais e melhorar as condições das unidades para a comunidade, a Secretaria optou por adquirir imóveis inadequados, sem atender aos critérios para desapropriação. Não há razoabilidade nas aquisições sem antes resolver os problemas das unidades que estão abandonadas e em estado de deterioração.

Na primeira reunião de trabalho da CEI, realizada no dia 9 de fevereiro, os vereadores definiram o calendário de trabalho, com encontros uma vez por semana. As investigações terão prazo de 90 dias, que podem ser prorrogados por mais 30. Relator da Comissão, Eduardo Borgo sugeriu que a prefeita Suellen Rosim seja a primeira pessoa a ser ouvida nas oitavas, uma vez que os vereadores querem saber os motivos da prefeitura investir, só no segundo semestre de 2021, quase R\$ 35 milhões para desapropriar os 16 imóveis.

As supostas irregularidades começaram a ser levantadas em dezembro do ano passado pela Comissão de Fiscalização da Câmara. Além desta, as Comissões de Educação e Assistência Social e Justiça, Legislação e Redação devem reportar à CEI os materiais colhidos até o momento durante os trabalhos de diligências e as cópias dos 10 processos administrativos, referentes à desapropriação dos imóveis.

Não podemos permitir que a administração se distancie do interesse público e privilegie quaisquer grupos ou pessoas beneficiadas com as referidas aquisições. Seguiremos vigilantes para garantir que tanto a comunidade, quanto os servidores, contem com aparelhos públicos adequados, que ofereçam condições satisfatórias de trabalho e aprendizado.



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!



/sinserm



CURTA A PÁGINA DO SINSERM NO FACEBOOK

FORTALEÇA SEUS DIREITOS!

Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação e ajude a manter a luta do funcionalismo público viva.**

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

